

DEBATE: O que se diz por aí...

“Deverão produtos com origem em produção de clones ou os próprios clones ser comercializados?”

A 15 de Janeiro de 2008 a agência americana responsável pela qualidade e segurança alimentar (FDA) publicou um estudo, acompanhado de um comunicado de imprensa, em que se faz uma análise documental sobre a avaliação de riscos da clonagem animal na alimentação humana.

Dois dias depois foi a vez da sua congénere europeia - EFSA - disponibilizar um rascunho, ainda em consulta pública, de teor semelhante. Ambas afirmam que os estudos conduzidos demonstram que o consumo de carne de clones ou de leite que provenha de clones ou do seu nascimento não apresenta quaisquer riscos para a saúde humana, já que estes produtos não apresentam diferenças significativas dos originados por animais reproduzidos de forma tradicional. Também não foram reconhecidos quaisquer riscos ambientais, embora a EFSA admita que não existem ainda dados suficientes para avaliar o impacto.

Apesar dos estudos realizados pelas duas agências terem resultados semelhantes, os comunicados de imprensa diferem no estilo e conteúdo. Enquanto o europeu refere que a clonagem tem efeitos negativos ao nível da saúde dos animais (e.g. taxas de aborto e mortalidade mais elevadas) o comunicado de imprensa americano omite estes factos descritos no estudo. A EFSA refere ainda as questões éticas e sobre a diminuição da variedade genética que poderão ser levantadas pela clonagem, embora afirme não ter competências para emitir opiniões nestes assuntos.”

SIM

Não discuto a questão ética das aplicações biotecnológicas sobre a reprodução animal e o advento da possível introdução no mercado de géneros alimentícios provenientes de animais clonados, não obstante a respectiva baixa eficiência de produção e os elevados custos que lhe estão inerentes.

No entanto, a aplicação da engenharia genética, pela clonagem animal, como técnica reprodutiva, pode constituir-se como uma realidade positiva no que toca ao melhoramento animal, pela duplicação de animais que possuem características específicas e que são difíceis de atingir pelas práticas de reprodução correntes, nomeadamente pelo tempo que essas mesmas práticas requerem para o aperfeiçoamento da característica pretendida.



Convém referir que um animal clonado não é seguramente um animal geneticamente modificado, mas sim um “gémeo” do original. O clone é produzido pela transferência do núcleo de uma célula para outra. Não existindo nenhum tipo de manipulação dos genes (o DNA nuclear, é exactamente idêntico ao do seu antecessor). O animal resultante só pode ser diferente em aspectos que não sejam genéticos, os chamados fenótipos. Já o transgénico possui modificações nos seus genes, provenientes de outra espécie animal ou um gene mutante da mesma espécie.

Tendo em conta as tomadas de posição da EFSA e da FDA no que toca à segurança e adequabilidade para consumo da carne e do leite produzidos a partir de animais clonados, pode-se prever a possibilidade do aumento da produção de alimentos por esta via, sendo que unicamente serão clonados animais se do ponto de vista económico, permitirem alcançar animais de maior e significativo rendimento produtivo, nomeadamente animais com elevado potencial leiteiro, ou com uma taxa de crescimento corporal elevada para produção de carne.

A acrescentar a esta probabilidade poderão ser somadas a possibilidade de (re)produzir animais que pela sua própria carga genética transportem já resistência inata a determinadas doenças, ou que apresentem boa capacidade reprodutiva.

Por fim não pode ser posta de parte a possível contribuição desta técnica

na manutenção da biodiversidade. A clonagem pode também ser vista e ser utilizada para a (re)produção de animais que se encontram em perigo de extinção, o que poderá ser fundamental para a conservação de determinadas raças autóctones.

Eng.ª Maria Cândida Marramaque

Assessora Técnica da Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios

NÃO O (ab)uso da ciência

Que a União Europeia precisa de decidir sobre a entrada da clonagem na alimentação, não restam dúvidas. A tecnologia existe e, segundo notícias na imprensa americana, já chegou aos pratos dos consumidores. Mas a avaliação científica, necessária à tomada dessa decisão, não é suficiente – neste momento ainda há mais dúvidas que estudos e em qualquer caso as aplicações da ciência têm de ser validadas socialmente.

O comunicado da EFSA apresenta o parecer científico de uma forma taxativa: “clones saudáveis e os seus descendentes não apresentam quaisquer diferenças significativas em relação aos animais convencionais correspondentes.” Onde começam as subtilidades? Bom, esta frase da EFSA significa realmente o seguinte: retirando todos os clones que são diferentes (= não saudáveis), os restantes são iguais aos convencionais. Como se distinguem e como se garante que são retirados? A EFSA não sabe, referindo apenas “Assumindo que os clones não saudáveis seriam detectados em inspeções veterinárias e controlos de qualidade, e assim impedidos de entrar na cadeia alimentar...” A lista de problemas de saúde dos clones que o parecer identifica é demasiado longa para ser reproduzida aqui mas fica claro que, embora não se compreenda porquê, clones doentes não vão faltar.

Conquanto empenhada em passar a mensagem oposta, a própria EFSA reconhece assim que vão circular clones que levantam dúvidas quanto ao seu impacto na saúde... mas acha que vale a pena arriscar. Porque é que vale a pena, nada é dito. É aqui que deve entrar a avaliação social, ética e moral desta tecnologia pois a partir da autorização, se algum problema se materializar, pode impactar um número potencialmente incalculável de pessoas. Os consumidores devem pois exercer o seu direito de co-decisão enquanto parte interessada.

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

O Grupo Europeu de Ética, uma estrutura da Comissão Europeia, consultou o público e emitiu um parecer sobre clonagem alimentar. As conclusões foram simples: a clonagem é desnecessária, eticamente injustificável e, a ter lugar no futuro, implicaria vastas mudanças na regulação e fiscalização. Em breve saberemos se a União Europeia dá mais importância aos seus cidadãos ou às pressões externas do mercado mascaradas de rigor científico.

Prof. Dra. Margarida Silva

Docente em disciplinas de engenharia do ambiente na Universidade Católica Portuguesa e autora do livro “Alimentos Transgénicos – Um guia para consumidores cautelosos”.

Qual a importância de uma discussão ideológica para o produtor?

A discussão sobre clones assemelha-se em muito àquela que teve lugar com o aparecimento dos alimentos transgénicos. Ambas as técnicas prometem trazer benefícios para os produtores – e no caso dos clones também para os consumidores – mas ambas levantam inúmeras questões e dúvidas ambientais e de segurança alimentar.

É a partir da experiência com os transgénicos que os produtores podem tirar uma lição que se aplicará ao caso da clonagem. Contra ou a favor da comercialização dos clones, o produtor agro-pecuário deverá sempre preparar para os diversos cenários possíveis de acordo com o que ditam as tendências: 1- autorização da comercialização de clones nos principais mercados mundiais; 2 - autorização da comercialização de clones apenas em alguns mercados mundiais (sendo de prever que neste caso seja o continente americano a autorizá-la). Produtores e associações deverão por isso conseguir responder rapidamente às eventuais alterações nos padrões de oferta dos produtos de origem animal causadas pela introdução de clones, nomeadamente ao nível das características e dos preços dos alimentos no mercado mundial, quer seja através da adopção de técnicas de produção semelhantes, se a produção de clones for autorizada na UE e os produtores não virem problemas éticos, quer seja através da promoção da produção tradicional junto dos consumidores e identificação de públicos alvo, em caso contrário.